



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1º SEMESTRE DE 2023



Relatório da Administração

Bem-vindos, filiadas e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2023 da Cooperativa de Crédito Conexão - Sicoob Conexão. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (<https://www.comunidadesicoob.com.br/relacao-com-o-associado/documentos/>)

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a Sicoob Conexão e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números em milhares de reais a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Conexão é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

3.1 Classificação Fitch Ratings

A Fitch Ratings afirmou em 29 de Agosto de 2022 a classificação de risco do Sicoob Conexão, atribuindo no curto prazo a nota F1+(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo a classificação obtida foi AA-(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.



Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 80,57% nos níveis de “AA” a “C”.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

O Sicoob Conexão, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Sicoob.

No primeiro semestre de 2023, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 128 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, 66 foram classificadas procedentes e com exceção de 2 ocorrências, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As demais foram classificadas como improcedentes, todas as demais foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

8.1) Resultado

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	111.785	88.824	25,85
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	61.286	29.281	109,30



Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Jun/2023	Jan a Jun/2022	Variação %
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	10.547	6.809	54,90
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	46.501	30.583	52,05
Receitas com Ato Não Cooperativo	14.547	10.104	43,97
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	73.796	44.310	66,54
Despesas Tributárias	879	620	41,77
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	19.291	9.455	104,03
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	130.825	59.879	118,48
Juros ao Capital	32.501	17.846	82,12
Resultado	167.411	111.561	50,06

Contribuíram para compor as Resultado do primeiro semestre de 2023:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 52,05%, o resultado da intermediação financeira aumentou 25,85% em relação ao mesmo período de 2022.

Em 2023 ocorreu um aumento de 104,03% comparado ao primeiro semestre de 2022 na receita de Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Outras Receitas e Despesas.

A provisão do Juros ao Capital no primeiro semestre 2023 foi de R\$ 32.501 mil, 82,12% superior ao mesmo período do ano anterior.

A Receita de Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 118,48% no primeiro semestre de 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022.

O Resultado da Cooperativa teve um aumento de 50,06% em relação a 2022, atingindo um total de R\$167.411 mil ao final do primeiro semestre de 2023.

8.2) Dados Patrimoniais

Em Milhares R\$

Balanco Patrimonial	Jan a Jun/2023	Jan a Jun /2022	Variação %
Ativos Totais	6.846.760	3.712.241	84,44
Centralização Financeira	2.492.099	1.192.413	109,00
Carteira de Crédito	4.193.301	2.372.872	76,72
Depósitos	3.777.584	2.154.371	75,35
Patrimônio Líquido	1.388.815	773.276	79,60
Patrimônio de Referência (PR)	1.299.304	727.427	78,62

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2023:

O total de ativos atingiu a marca de R\$6.846.760 mil ao final do primeiro semestre de 2023, com crescimento de 84,44% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiram em 30/06/2023 o saldo de R\$2.492.099 mil, crescimento de 109,00% em relação a 30 de junho de 2022.

Em 30 de junho de 2023 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$4.193.301 mil, com crescimento de 76,72% em relação a 30 de junho de 2022.

Os depósitos obtiveram um aumento de 75,35% considerando o mesmo período de 2022, atingindo no final do primeiro semestre de 2023 o montante de R\$3.777.584 mil.

O patrimônio líquido cresceu 79,60% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$1.388.815 mil.



8.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	30/06/2023			30/06/2022			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	696.036	319.195	1.015.231	310.398	100.416	410.814	604.417	147,13
Crédito Comercial	646.112	2.531.958	3.178.070	361.520	1.600.538	1.962.058	1.216.012	61,98
Total	1.342.148	2.851.153	4.193.301	671.918	1.700.954	2.372.872	1.820.429	76,72

9. Pessoas

Concluímos o primeiro semestre com 211 mil cooperados, crescimento de 87,01% em relação ao mesmo período do anterior. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob Conexão e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do spread de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Contávamos com 550 colaboradores no final do primeiro semestre de 2023. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$33.609 mil em 30 de junho de 2023.

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

Todos os integrantes das equipes do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

12. Tecnologia

Acompanhando as tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob teve grandes investimentos em Tecnologia da Informação em 2023 buscando maior competitividade e comodidade para os Associados do Sistema Sicoob. As transações financeiras realizadas nos canais digitais representaram a maioria dos atendimentos do Sicoob ES, contribuindo para maior comodidade, agilidade para o cooperado e menores custos operacionais para as Cooperativas.

Agradecemos às nossas filiadas pela confiança e aos empregados pela dedicação.

Linhares, 14 de julho de 2023.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO		6.846.760	4.263.786
DISPONIBILIDADES	4.	46.009	16.173
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.030.129	4.430.100
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	13.236	48.741
Titulos e Valores Mobiliários	6.a	272.424	115.224
(-) Provisão para Desvalorização de Titulos e Valores Mobiliários	6.b	(2.792)	(41)
Relações Interfinanceiras		2.492.102	1.436.839
Centralização Financeira	7.	2.492.099	1.436.839
Outras Relações Interfinanceiras	8.	3	-
Operações de Crédito	9.	4.193.301	2.797.167
Outros Ativos Financeiros	10.	61.858	32.170
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(329.180)	(233.047)
(-) Operações de Crédito	9.e	(320.250)	(228.620)
(-) Outras	10.1.a	(8.930)	(4.427)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	11.	3.980	1.377
OUTROS ATIVOS	12.	27.308	7.026
IMOBILIZADO DE USO	13.	96.863	56.406
INTANGÍVEL	13.	2.002	875
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	13.	(30.351)	(15.124)
TOTAL DO ATIVO		6.846.760	4.263.786
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.846.760	4.263.786
DEPÓSITOS	14.	3.777.584	2.317.066
Depósitos à Vista		1.219.457	746.436
Depósitos Sob Aviso		3.197	896
Depósitos a Prazo		2.554.930	1.569.734
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.528.353	998.752
Recursos de Aceite e Emissão de Titulos	15.	692.378	463.522
Relações Interfinanceiras		810.190	500.614
Repasse Interfinanceiros	16.a	810.190	500.614
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.b	22.000	22.000
Outros Passivos Financeiros	17.	3.785	12.616
PROVISÕES	18.	27.191	15.491
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19.	2.901	3.501
OUTROS PASSIVOS	20.	121.916	67.057
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.388.815	861.919
CAPITAL SOCIAL	22.	648.199	380.690
RESERVAS DE SOBRAS	22.	579.253	415.221
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.d	161.363	66.008
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.846.760	4.263.786

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 1º SEMESTRE DE 2023

SICOOB CONEXÃO

Demonstração de Sobras ou Perdas

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		435.313	245.032
Operações de Crédito	9.h	303.538	177.121
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.1	130.825	59.879
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	857	8.032
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.c	93	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(253.989)	(125.610)
Operações de Captação no Mercado	14.d	(166.984)	(86.303)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.c	(25.719)	(10.026)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9.i	(61.286)	(29.281)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		181.324	119.422
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(6.842)	(5.365)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25.	27.791	16.849
Rendas de Tarifas	26.	18.710	13.734
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27.	(22.424)	(13.751)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28.	(33.609)	(22.945)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29.	(879)	(620)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30.	21.332	8.982
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31.	(17.763)	(7.614)
PROVISÕES	32.	(1.991)	(1.188)
Provisões/Reversões para Contingências	32.1	(23)	(80)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	32.2	(1.968)	(1.108)
RESULTADO OPERACIONAL		172.491	112.869
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33.	(2.041)	473
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		170.450	113.342
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	20.c	(3.039)	(1.781)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		167.411	111.561
JUROS AO CAPITAL	24.	(32.501)	(17.846)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		134.910	93.715

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	167.411	111.561
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	167.411	111.561

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTAT.	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	315.557	(6.554)	322.653	1.812	50.839	684.307
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	(327)	(327)
Distribuição de sobras para associados	50.512	-	-	-	(50.512)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.520	(227)	-	-	-	3.293
Por Devolução (-)	(7.650)	-	-	-	-	(7.650)
Estorno de Capital	(62)	-	-	-	-	(62)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	111.561	111.561
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(17.846)	(17.846)
Saldos em 30/06/2022	361.877	(6.781)	322.653	1.812	93.715	773.276
Saldos em 31/12/2022	389.424	(8.734)	413.411	1.810	66.008	861.919
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	(394)	(394)
Distribuição de sobras para associados	65.614	-	-	-	(65.614)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	4.694	53	-	-	-	4.747
Por Devolução (-)	(13.480)	-	-	-	-	(13.480)
Estorno de Capital	(80)	-	-	-	-	(80)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	167.411	167.411
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(32.501)	(32.501)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	12.221	-	-	-	-	12.221
Movimentações por Incorporações	200.676	(2.189)	163.124	908	26.453	388.972
Saldos em 30/06/2023	659.069	(10.870)	576.535	2.718	161.363	1.388.815

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

	30/06/2023	30/06/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	170.450	113.342
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	(11.691)	(4.075)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	61.286	29.281
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	1.968	1.108
Provisões/Reversões Não Operacionais	2.379	(781)
Provisões/Reversões para Contingências	23	80
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	4	34
Depreciações e Amortizações	2.227	1.163
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	226.646	140.152
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(4.555)	(6.388)
Títulos e Valores Mobiliários	(92.746)	-
Relações Interfinanceiras	(3)	(13)
Operações de Crédito	(1.360.042)	(197.665)
Outros Ativos Financeiros	(30.934)	(9.165)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(2.602)	(713)
Outros Ativos	(22.660)	(1.017)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos à Vista	473.021	2.931
Depósitos sob Aviso	2.302	(17)
Depósitos a Prazo	985.195	183.254
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	228.857	122.012
Relações Interfinanceiras	309.576	21.131
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(1.119)
Outros Passivos Financeiros	(8.831)	(5.281)
Provisões	9.709	57
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(600)	178
Outros Passivos	19.319	2.998
Outras Destinações	(394)	(327)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	731.258	251.008
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	6.020	1.752
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	5.671	2.323
Aquisição de Intangível	(179)	(1)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(28.409)	(3.831)
Aquisição de Investimentos	(61.704)	(20.454)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(78.601)	(20.211)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	4.747	3.293
Devolução de Capital aos Cooperados	(13.480)	(7.650)
Estorno de Capital	(80)	(62)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	12.221	-
Aumento no capital por incorporações	198.487	-
Aumento nas reservas por incorporações	164.032	-
Sobras/Perdas por incorporações	26.453	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	392.380	(4.419)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.045.037	226.378
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.493.071	986.493
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	2.538.108	1.212.871
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.045.037	226.378

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

EM 30 DE JUNHO DE 2023 | EM MILHARES DE R\$

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CONEXAO - SICOOB CONEXAO**, doravante denominado **SICOOB CONEXAO**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/05/1989**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CONEXAO, sediado à **AVENIDA PREFEITO SAMUEL BATISTA CRUZ, Nº 2905, NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, LINHARES - ES**, possui 44 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MARILÂNDIA - ES, COLATINA - ES, SOORETAMA - ES, JAGUARÉ - ES, ARACRUZ - ES, IBIRAÇU - ES, LINHARES - ES, JOÃO NEIVA - ES, FUNDÃO - ES, RIO BANANAL - ES, SERRA - ES, ILHÉUS - BA, ITABUNA - BA, SANTA LUZIA - BA, MANTENÓPOLIS - ES, SÃO DOMINGOS DO NORTE - ES, ÁGUIA BRANCA - ES, NOVA VENÉCIA - ES, GOVERNADOR LINDENBERG - ES, SÃO GABRIEL DA PALHA - ES, VILA VALÉRIO - ES, BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES, SÃO MATEUS - ES, PINHEIROS - ES, MONTANHA - ES, ECOPORANGA - ES, PANCAS - ES, VILA PAVÃO - ES, BOA ESPERANÇA - ES, PEDRO CANÁRIO - ES, CONCEIÇÃO DA BARRA - ES.

O SICOOB CONEXAO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação Especial

Em 01/04/2023, houve a incorporação da **Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo - Sicoob Norte (31.815.293/0001-99)** pela **Cooperativa de Crédito Leste Capixaba - Sicoob Leste Capixaba (32.430.233/0001-10)**, devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 30/11/2022 e homologada pelo Banco Central do Brasil - BCB em 01/04/2023. Após a incorporação, ocorreu a alteração da Razão Social da Cooperativa de Crédito Leste Capixaba - Sicoob Leste Capixaba para **Cooperativa de Crédito Conexão - Sicoob Conexão**, abaixo segue a demonstração dos saldos após incorporação:

Descrição	Sicoob Leste Capixaba	Sicoob Norte	Sicoob Conexão (Incorporação)
Ativo			
Disponibilidades	25.972	21.177	47.149
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.966	3.862	12.828



Títulos e Valores Mobiliários	134.209	52.767	186.976
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(898)	(271)	(1.169)
Centralização Financeira	1.747.026	682.525	2.429.551
Operações de Crédito	2.934.858	1.058.275	3.993.133
Outros Ativos Financeiros	38.130	22.145	60.275
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(249.892)	(65.236)	(315.128)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	1.797	1.416	3.213
Outros Ativos	8.026	19.136	27.162
Imobilizado de Uso	56.647	38.068	94.715
Intangível	876	1.110	1.986
(-) Depreciações e Amortizações	(15.720)	(13.135)	(28.855)
Total do Ativo	4.689.997	1.821.839	6.511.836
Passivo			
Depósitos	2.633.679	910.874	3.544.553
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	490.561	228.059	718.620
Repasses Interfinanceiros	536.770	231.181	767.951
Obrigações por Empréstimos e Repasses	22.000	22.000	44.000
Outros Passivos Financeiros	3.059	1.274	4.333
Provisões	16.750	9.519	26.269
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	2.041	1.478	3.519
Outros Passivos	62.750	28.574	91.324
Patrimônio Líquido			
Capital Social	391.630	198.405	590.035
Reservas de Sobras	415.231	164.022	579.253
Sobras ou Perdas Acumuladas*	115.526	26.453	141.979
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.689.997	1.821.839	6.511.836

*Para efeito comparativo as contas de resultado do Sicoob Leste Capixaba foram somadas as Sobras ou Perdas Acumuladas.

1.2 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 29 de agosto de 2022 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é AA-(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional* – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.



Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em **14/07/2023**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 354, de 16 de fevereiro de 2023**, que trata dos detalhes do documento COS 4111 - Saldos Contábeis Diários. O impacto principal envolveu desenvolvimento de sistema apto para geração do arquivo no leiaute exigido pelo BCB, bem como adequações nas rotinas de conciliação contábil. O documento passou a ser remetido ao órgão a partir da data-base 1º/6/2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.



Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB CONEXÃO contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

2.3 Dispensa de auditoria independente das demonstrações financeiras de 30 de junho

De acordo com o disposto no inciso III do parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 4910 do Banco Central, datada de 27/05/2021, as cooperativas de crédito singulares estão dispensadas da realização de auditoria independente nas demonstrações financeiras referentes à data-base de 30 de junho.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.



As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.



As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.



q) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme previsto no caput do art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.



Em 30 de junho de 2023 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CONEXAO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023.

aa) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2023 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:



Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	46.009	16.173
Caixa	46.009	16.173
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	2.492.099	1.436.839
Centralização financeira	2.492.099	1.436.839
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias (c)	-	40.059
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	40.059
TOTAL	2.538.108	1.493.071

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

(c) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – até 90 dias	-	40.059
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	13.236	8.682
TOTAL	13.236	48.741

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	857	8.032
TOTAL	857	8.032

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Total de Títulos e Valores Mobiliários	44.669	57.752	102.421	5.176	1.749	6.925
Títulos e Valores Mobiliários - CPR	44.669	57.752	102.421	5.176	1.749	6.925
Total de Participações de Cooperativas	-	170.003	170.003	-	108.299	108.299
Participação Em Cooperativa Central De Crédito - Sicoob Central ES (I)	-	128.294	128.294	-	87.022	87.022



Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito – Banco Sicoob (II)	-	41.709	41.709	-	21.277	21.277
TOTAL	44.669	227.755	272.424	5.176	110.048	115.224

(I) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no primeiro semestre de 2023 no valor de R\$ 5.671 mil. (No mesmo período de 2022 – R\$ 2.323 mil).

(II) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2023 de R\$ 6.020 mil (No mesmo período de 2022 foi de R\$ 1.752 mil).

A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020.

b) Provisões para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(1.347)	(1.445)	(2.792)	(41)	-	(41)
TOTAL	(1.347)	(1.445)	(2.792)	(41)	-	(41)

c) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.573	-
Desvalorização de Títulos Livres	31	-
(-) Desvalorização de Títulos Livres	(2.511)	-
TOTAL	93	-

7. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido e reconhecido pela cooperativa.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Centralização Financeira - Cooperativas	2.492.099	1.436.839
TOTAL	2.492.099	1.436.839

7.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	130.825	59.879
TOTAL	130.825	59.879

8. Outras Relações Interfinanceiras

Em 30 de junho de 2023 e 31 dezembro de 2022 as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Correspondentes no País	3	-
TOTAL	3	-



9. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	3.567	-	3.567	1.067	-	1.067
Empréstimos	1.092.237	1.156.989	2.249.226	761.133	744.439	1.505.572
Títulos Descontados	123.510	-	123.510	77.578	-	77.578
Financiamentos	249.748	552.019	801.767	183.289	403.951	587.240
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	607.636	407.595	1.015.231	455.240	170.470	625.710
Total das Operações Crédito	2.076.698	2.116.603	4.193.301	1.478.307	1.318.860	2.797.167
(-) Provisões para Operações de Crédito	(149.184)	(171.066)	(320.250)	(105.834)	(122.786)	(228.620)
TOTAL	1.927.514	1.945.537	3.873.051	1.372.473	1.196.074	2.568.547

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Esp./ Conta Garantida	Financiam entos	Financiamentos Rurais e Agroind.	Total 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	36.499	50	26.083	96.826	159.458	-	91.523	-
A 0,5% Normal	182.843	8.165	102.498	235.940	529.446	(2.647)	391.927	(1.960)
B 1% Normal	529.598	5.257	143.508	396.233	1.074.596	(10.746)	555.735	(5.557)
B 1% Vencidas	1.439	130	245	5	1.819	(18)	974	(10)
C 3% Normal	955.626	17.864	422.358	208.452	1.604.300	(48.129)	1.119.434	(33.583)
C 3% Vencidas	7.145	714	1.106	61	9.026	(271)	7.040	(211)
D 10% Normal	357.132	13.919	73.448	64.324	508.823	(50.882)	426.612	(42.661)
D 10% Vencidas	14.937	1.047	2.808	137	18.929	(1.893)	7.783	(778)
E 30% Normal	47.944	2.369	10.759	6.762	67.834	(20.350)	46.273	(13.882)
E 30% Vencidas	10.619	1.524	4.103	89	16.335	(4.901)	16.511	(4.953)
F 50% Normal	19.285	1.092	2.378	2.353	25.108	(12.554)	10.359	(5.179)
F 50% Vencidas	7.962	1.446	2.222	-	11.630	(5.815)	3.225	(1.612)
G 70% Normal	4.252	283	680	228	5.443	(3.810)	1.898	(1.329)
G 70% Vencidas	5.457	793	1.483	-	7.733	(5.413)	3.227	(2.259)
H 100% Normal	79.155	2.588	3.709	3.401	88.853	(88.853)	72.382	(72.382)
H 100% Vencidas	55.252	3.917	4.379	420	63.968	(63.968)	42.264	(42.264)
Total Normal	2.212.334	51.587	785.421	1.014.519	4.063.861	(237.971)	2.716.143	(176.533)
Total Vencidos	102.811	9.571	16.346	712	129.440	(82.279)	81.024	(52.087)
Total Geral	2.315.145	61.158	801.767	1.015.231	4.193.301	(320.250)	2.797.167	(228.620)
Provisões	(244.711)	(11.843)	(38.640)	(25.056)	(320.250)		(228.620)	
Total Líquido	2.070.434	49.315	763.127	990.175	3.873.051		2.568.547	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	3.567	-	-	3.567
Cheque Especial / Conta Garantida	57.591	-	-	57.591
Empréstimos	321.929	712.717	1.156.989	2.191.635
Títulos Descontados	113.871	9.639	-	123.510
Financiamentos	69.461	180.287	552.019	801.767
Financiamentos Rurais	290.299	317.337	407.595	1.015.231
TOTAL	856.718	1.219.980	2.116.603	4.193.301



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2023	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	768.584	113.073	169.403	1.051.060	25
Setor Privado - Indústria	287.759	41.850	2.445	332.054	8
Setor Privado - Serviços	859.706	433.882	140.537	1.434.125	34
Pessoa Física	437.427	208.685	696.036	1.342.148	32
Outros	22.827	4.277	6.810	33.914	1
TOTAL	2.376.303	801.767	1.015.231	4.193.301	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	228.620	179.275
Constituições/ Reversões no período	279.897	87.760
Prejuízos de Cooperativa Incorporada (Sicoob Norte)	(157.878)	-
Transferência para prejuízo no período	(30.389)	(38.415)
Saldo Final	320.250	228.620

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	30/06/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	130.583	3%	44.373	2%
10 Maiores Devedores	570.517	12%	329.875	12%
50 Maiores Devedores	1.164.432	25%	871.173	31%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	190.122	171.613
Valor das operações transferidas no período	30.389	38.415
Valor referente a prejuízos de cooperativa incorporada (Sicoob Norte)	157.878	-
Valor das operações recuperadas no período	(10.547)	(15.328)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(3.195)	(4.578)
TOTAL	364.647	190.122

h) Rendas com Operações de Crédito

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.246	1.026
Rendas de Empréstimos	186.160	115.515
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	11.602	6.801
Rendas de Financiamentos	57.990	35.886
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	5.110	1.882
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	4.302	3.574
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	8.062	1.361
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	10.353	2.569
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	8.166	1.698
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	10.547	6.809
TOTAL	303.538	177.121



A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(124.024)	(68.063)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	68.487	41.188
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(6.134)	(2.668)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	385	262
TOTAL	(61.286)	(29.281)

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa são determinadas pela variação dos saldos de provisão para tais créditos, de acordo com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21 de dezembro de 1999, levando em consideração a classificação de risco das operações de crédito concedidas. Estas variações ocorrem em virtude do plano de pagamento e na concessão de novas operações de crédito.

10. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	12.904	-	12.904	5.783	-	5.783
Rendas a Receber (b)	32.301	-	32.301	19.130	-	19.130
Rendas Serviços arrecadação de convênios	4.868	-	4.868	1.743	-	1.743
Rendas da Centralização da Administração Financeira	26.929	-	26.929	16.972	-	16.972
Outras Rendas a Receber	504	-	504	415	-	415
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	2.660	1.674	4.334	257	916	1.173
Títulos e Créditos a Receber (d)	2.877	-	2.877	1.517	-	1.517
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	9.442	9.442	-	4.567	4.567
PIS - Depósito Judicial	-	1.186	1.186	-	554	554
COFINS - Depósito Judicial	-	6.058	6.058	-	2.847	2.847
PIS Folha- Depósito Judicial	-	93	93	-	-	-
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	2.047	2.047	-	1.114	1.114
Outros	-	58	58	-	52	52
TOTAL	50.742	11.116	61.858	26.687	5.483	32.170

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.



(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

10.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(8.875)	-	(8.875)	(4.398)	-	(4.398)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(30)	(25)	(55)	(6)	(23)	(29)
TOTAL	(8.905)	(25)	(8.930)	(4.404)	(23)	(4.427)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2023	Provisões 30/06/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	-	500	500	-	-	-
A 0,5% Normal	-	2.034	2.034	(10)	139	(1)
B 1% Normal	-	446	446	(5)	103	(1)
C 3% Normal	-	1.354	1.354	(41)	931	(28)
E 30% Normal	1.597	-	1.597	(479)	486	(146)
E 30% Vencidas	2.590	-	2.590	(777)	907	(272)
F 50% Normal	201	-	201	(100)	69	(34)
F 50% Vencidas	1.364	-	1.364	(682)	446	(223)
G 70% Normal	185	-	185	(129)	36	(25)
G 70% Vencidas	866	-	866	(606)	475	(333)
H 100% Normal	251	-	251	(251)	139	(139)
H 100% Vencidas	5.850	-	5.850	(5.850)	3.225	(3.225)
Total Normal	2.234	4.334	6.568	(1.015)	1.903	(374)
Total Vencidos	10.670	-	10.670	(7.915)	5.053	(4.053)
Total Geral	12.904	4.334	17.238	(8.930)	6.956	(4.427)
Provisões	(8.875)	(55)	(8.930)		(4.427)	
Total Líquido	4.029	4.279	8.308		2.529	

11. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo Negativo de IRPJ - Exercícios Anteriores	2.151	-	2.151	871	-	871
Saldo Negativo de CSLL - Exercícios Anteriores	1.030	-	1.030	408	-	408



Contribuição Social - Antecipações	198	-	198	-	-	-
IRPJ- Antecipações	402	-	402	-	-	-
ISS – Imposto S/ Serviço	18	-	18	6	-	6
IOF a Compensar	-	-	-	6	-	6
Valores a Restituir - PERDCOMP	19	162	181	2	84	86
TOTAL	3.818	162	3.980	1.293	84	1.377

12. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.271	-	1.271	292	-	292
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	65	-	65	189	-	189
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	549	-	549	6	-	6
Pagamentos a Ressarcir	473	-	473	464	-	464
Devedores Diversos - País	402	-	402	418	-	418
Material em Estoque	172	-	172	74	-	74
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (a)	8.554	31.492	40.046	2.078	13.926	16.004
(-) Prov. Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (b)	-	(17.378)	(17.378)	(10)	(10.765)	(10.775)
Despesas Antecipadas (c)	1.708	-	1.708	354	-	354
Sisol	250	-	250	-	-	-
Software	375	-	375	62	-	62
Outras Despesas Antecipadas	1.083	-	1.083	292	-	292
TOTAL	13.194	14.114	27.308	3.865	3.161	7.026

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

13. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	10.013	886	
Terrenos	16.496	15.287	
Edificações	19.448	16.033	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(2.709)	(2.158)	
Instalações	25.421	12.562	4 - 25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(12.010)	(6.077)	
Mobiliários	6.409	3.002	10%



(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(3.483)	(1.517)	
Máquinas	389	270	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(181)	(89)	
Aparelhos de Refrigeração	3.228	1.762	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(1.764)	(834)	
Equipamentos de Processamento de Dados	12.192	4.780	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(6.181)	(2.525)	
Alarme	144	73	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(85)	(41)	
Cabines de Segurança	548	297	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(346)	(189)	
Armas e Equipamentos	1.110	635	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(776)	(408)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	580	320	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(398)	(211)	
Equipamentos de Comunicação	611	313	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(438)	(173)	
Veículos	274	186	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(265)	(167)	
Software e Direito de Uso (b)	2.002	875	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(1.715)	(735)	
Total Imobilizado de Uso	96.863	56.406	
Total Intangível	2.002	875	
Total Depreciação/Amortização	(30.351)	(15.124)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2023 foi de R\$ 2.227 mil (no primeiro semestre de 2022 - R\$ 1.163 mil).

14. Depósitos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	1.219.457	-	1.219.457	746.436	-	746.436
Depósito Sob Aviso (b)	3.197	-	3.197	896	-	896
Depósito a Prazo (b)	2.548.983	5.947	2.554.930	1.564.944	4.790	1.569.734
TOTAL	3.771.637	5.947	3.777.584	2.312.276	4.790	2.317.066

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.



Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Depositante	102.161	2%	107.712	4%
10 Maiores Depositantes	493.630	11%	481.382	17%
50 Maiores Depositantes	902.278	20%	782.574	28%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(126)	(45)
Despesas de Depósitos a Prazo	(127.778)	(69.173)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(20.443)	(7.581)
Despesas de Letras De Crédito do Imobiliário	(15.964)	(7.739)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(2.673)	(1.765)
TOTAL	(166.984)	(86.303)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI (a)	304.721	-	304.721	177.637	28.826	206.463
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (b)	386.571	1.086	387.657	251.444	5.615	257.059
TOTAL	691.292	1.086	692.378	429.081	34.441	463.522

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

(b) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.



16. Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
Recursos do Banco Sicoob	356.508	294.689	651.197	242.400	133.991	376.391
Recursos da Central	149.127	8.854	157.981	115.510	4.000	119.510
Recursos do Banco Sicoob - Recursos Livres	1.012	-	1.012	4.713	-	4.713
TOTAL	506.647	303.543	810.190	362.623	137.991	500.614

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central - ES Rotativo	22.000	-	22.000	22.000	-	22.000
TOTAL	22.000	-	22.000	22.000	-	22.000

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com Empréstimos Rotativo		
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	-	(17)
Cooperativa Central ES	(1.583)	(893)
Total Despesas de Repasses Rotativo	(1.583)	(910)
Despesas com Repasses Interfinanceiros		
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(18.761)	(7.639)
Cooperativa Central ES - Rotativo	(5.375)	(1.477)
Total Despesas com Empréstimos Interfinanceiros	(24.136)	(9.116)
TOTAL	(25.719)	(10.026)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Relações Interdependências	712	11.060



Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	457	53
Ordens de Pagamento (b)	-	10.914
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	255	93
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	2.802	1.381
Operações de Crédito - IOF	1.538	822
Operação com Títulos e Valores Mobiliários	145	41
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	1.119	518
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	271	175
TOTAL	3.785	12.616

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

18. Provisões

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (I)	11.704	4.318	16.022	7.927	2.882	10.809
Provisão Para Contingências (II)	-	11.169	11.169	-	4.682	4.682
TOTAL	11.704	15.487	27.191	7.927	7.564	15.491

(I) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	493.500	337.701
TOTAL	493.500	337.701

(II) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:



Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS (a)	1.186	1.186	554	554
COFINS (a)	6.058	6.058	2.847	2.847
PIS FOLHA (b)	93	93	-	-
Trabalhistas	1.751	2.047	1.050	1.114
Outras Contingências	2.081	58	231	52
TOTAL	11.169	9.442	4.682	4.567

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

b) PIS FOLHA - quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexistente lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CONEXAO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 5.426 mil. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	30/06/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Lucros a pagar	230	-	230	-	-	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	269	-	269	182	-	182
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.371	-	1.371	995	-	995
IRRF sobre Aplicações Financeiras	918	-	918	890	-	890
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-	-	1.331	-	1.331
ISSQN a Recolher	113	-	113	103	-	103
TOTAL	2.901	-	2.901	3.501	-	3.501

20. Outros Passivos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	6.960	8.584
Sociais e Estatutárias	79.166	45.837
Juros sobre o capital social a pagar (b)	20.146	-
Provisão para Participações nos Lucros (c)	5.037	3.630
Resultado de Atos com Associados (d)	33.764	28.546
Resultado de Atos com Não Associados (d)	4.564	4.492
Cotas de Capital a Pagar (e)	15.655	9.169
Provisão para Pagamentos a Efetuar (f)	11.584	4.882



Despesa de Pessoal	5.396	2.209
Aluguéis	350	254
Custodia de Valores e Bens	97	46
Comunicações	59	6
Propaganda e Publicidade	-	13
Promoções E Relações Públicas	109	19
Segurança e Vigilância	25	-
Transporte	296	73
Seguro	309	35
Plano de Saúde	28	17
Compensação	169	117
Seguros a Recolher	14	8
Seguros Prestamista	1.742	884
Provisão de Cartões a Pagar	1.767	401
Custo de Transações Interfinanceiras	303	296
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	418	247
Valores a Pagar – Domicílio Bancário Sipag	61	-
Outras Despesas Administrativas	441	257
Credores Diversos – País (g)	24.206	7.754
Pagamento a Processar	4.482	4.001
Crédito de Terceiros	149	-
Cooperativa Central	743	322
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	127	73
Taxa de Gravames a Repassar	30	14
Cheques Depositados	1.671	158
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	13.101	2.814
Faturas Sicoobcard – Transitória	4	2
Valores a Liquidar – Parcelas de Crédito Consignado	180	14
Rendas Antecipadas	344	298
Valores a Pagar – Honra – Fundos Garantidores	97	14
Outros	3.278	44
TOTAL	121.916	67.057

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se a provisão para pagamento em 31 de dezembro de 2023 dos juros ao capital aos associados.

(c) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 3.039 mil no primeiro semestre de 2023 (R\$ 1.781 mil no 1º Sem/2022), a título de participação dos empregados nos resultados.

(d) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(e) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(f) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.



(g) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

21. Instrumentos Financeiros

O SICOOB CONEXAO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Capital Social	648.199	380.690
Associados	211.414	123.174

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **29/04/2023**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2022**, no valor de R\$ 65.614 mil.

Em 01/04/2023 ocorreu a incorporação da **Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte**, que possuía um montante de R\$26.453 mil referente às sobras acumuladas do ano de 2023. Este montante está somado ao resultado do primeiro semestre da cooperativa incorporadora **Cooperativa de Crédito Conexão – Sicoob Conexão** que registrou uma sobra de R\$134.910 mil totalizando um montante ao final do primeiro semestre de R\$161.363 mil na rubrica de sobras acumuladas.

23. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop): (uniformidade quadro)



Descrição	30/06/2023			30/06/2022		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	579.974	565.427	14.547	329.787	319.683	10.104
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(390.244)	(388.747)	(1.497)	(203.503)	(202.322)	(1.181)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(52.779)	(51.454)	(1.325)	(33.042)	(32.031)	(1.011)
Resultado Operacional	136.951	125.226	11.725	93.242	85.330	7.912
Outras Receitas	538	-	538	1.074	-	1.074
Outras Despesas	(2.579)	-	(2.579)	(601)	-	(601)
Outras Receitas e Despesas	(2.041)	-	(2.041)	473	-	473
Resultado do Período	134.910	125.226	9.684	93.715	85.330	8.385

24. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa no primeiro semestre de 2023 provisionou juros ao capital próprio no montante de R\$ 32.501 mil (R\$ 17.846 no 1º Sem/2022). Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

Em 31/03/2023 devido a incorporação ocorreu pagamento dos juros ao capital referente ao período de janeiro a março de 2023 que totalizou R\$ 12.355 mil.

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Cartões (a)	8.418	2.132
Rendas de Cobrança	5.358	4.939
Rendas Transações Intercredis	502	446
Rendas de Convênios	592	543
Rendas de prestações de Serviços - Comissões	2.589	1.845
Rendas de Tarifas	1.115	1.146
Comissão com Venda de Consórcios	1.662	1.098
Comissão com Venda de Seguros	6.229	3.256
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	196	274
Rendas de Transações Interfinanceiras	870	973
Outras Rendas de Prestação de Serviços	260	197
TOTAL	27.791	16.849

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.



26. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	5.310	3.114
Rendas de Serviços Prioritários - PF	707	595
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	5	-
Rendas de Serviços Especiais - PF	15	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	12.673	10.025
TOTAL	18.710	13.734

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(93)	(81)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.984)	(1.425)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.566)	(2.161)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(4.361)	(2.650)
Despesas de Pessoal - Proventos	(11.808)	(7.158)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(1)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(612)	(275)
TOTAL	(22.424)	(13.751)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(527)	(635)
Despesas de Aluguéis	(2.104)	(1.499)
Despesas de Comunicações	(1.151)	(509)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(776)	(375)
Despesas de Material	(438)	(368)
Despesas de Processamento de Dados	(5.348)	(3.461)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.155)	(852)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(947)	(764)
Despesas de Publicações	(23)	(9)
Despesas de Seguros	(92)	(55)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(6.698)	(5.795)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.908)	(1.138)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.576)	(948)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.953)	(1.560)
Despesas de Transporte	(1.056)	(721)
Despesas de Viagem no País	(88)	(25)
Despesas de Amortização	(33)	(18)
Despesas de Depreciação	(2.194)	(1.144)
Emolumentos judiciais e cartorários	(268)	(167)
Contribuição a OCE	(41)	(29)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	(2.876)	(1.947)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(802)	(651)
Outras Despesas Administrativas	(555)	(275)
TOTAL	(33.609)	(22.945)



29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas Tributárias	(104)	(77)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(659)	(473)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(116)	(70)
TOTAL	(879)	(620)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	1.114	935
Rendas Juros Cartão de Crédito	5.644	2.531
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	912	483
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	411	348
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	241	82
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	6.020	1.752
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	5.671	2.323
Rendas de repasses Delcredere	1.149	518
Outras rendas operacionais	170	10
TOTAL	21.332	8.982

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com Serviços Associado a Transações de Pagamento com Cartões (a)	(5.004)	-
Despesas de Descontos Concedidos	(4.047)	(1.189)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(43)	(51)
Desconto/Cancelamento de Tarifas Pendentes	(1.415)	(1.091)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(6.538)	(4.164)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(187)	(914)
Perdas por Fraudes Externas	(70)	(47)
Outras Despesas Operacionais	(459)	(158)
TOTAL	(17.763)	(7.614)

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

32. Despesas com Provisões

32.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisão para Passivos Contingentes	(37)	-
Provisão para Custas Judiciais – Cíveis / Trabalhistas	-	(89)
Reversão de Provisão para Contingências	14	9



TOTAL	(23)	(80)
--------------	-------------	-------------

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

32.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(7.397)	(4.839)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	5.429	3.731
TOTAL	(1.968)	(1.108)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

33. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	271	111
Ganhos de Capital	59	19
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	77	807
Outras Rendas Não Operacionais	131	137
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(72)	(514)
(-) Perdas de Capital	(51)	(61)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(2.456)	(26)
TOTAL	(2.041)	473

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 30 de junho de 2023 e 2022.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:



Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 30 de junho de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	8.672	0,49%	867
TOTAL	8.672	0,49%	867
Montante das Operações Passivas	6.289	0,43%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO SEMESTRE DE 30/06/2023

Empréstimos e Financiamentos	0,06%
Crédito Rural (modalidades)	0,44%
Aplicações Financeiras	1,57%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 30 de junho de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13	-	0,05%
Conta Garantida	55	5	0,15%
Financiamentos Rurais	14.572	1.295	1,44%
Empréstimos	3.021	250	0,14%
Financiamentos	324	2	0,04%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	6.625	0,55%	-
Depósitos a Prazo	8.549	0,33%	89% a 104% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	3.869	1,00%	85% a 93% CDI
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	3.687	1,21%	85% a 93% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial / Conta Garantida	1,50% a 6,97% a.m	1,50% a 6,97% am
Cheque Especial/Conta garantida (com garantia real)	1,20% a 2,50% a.m	1,20% a 2,50% a.m
Desconto de Recebíveis (Cheque, Duplicata e Cartão)	0,50% a.m. a 4,71% a.m	0,50%. à 4,71% a.m
Consignado	0,49% a 1,78% a.m	0,49% a 1,78% a.m
Empréstimos	0,50% a 4,85% a.m.	0,50% a 4,85% a.m.
	0,20% a.m + CDI a 3,00% a.m + CDI	0,20% a.m + CDI a 3,00% a.m + CDI
Vendas de Bens não de uso Próprio – imóvel	0,49% CDI + 0,00% a 1,99% CDI + 0,99%	0,49% CDI + 0,00% a 1,99% CDI + 0,99%
Financiamentos	0,20% a.m + CDI a 3,00% a.m+ CDI	0,20% a.m + CDI a 3,00% a.m+ CDI
Crédito Rural - RPL	8,5% a 24,90% a.a.	8,5% a 24,90% a.a.



	CDI + 4,9aa a CDI + 12%aa	CDI + 4,9aa a CDI + 12%aa
Crédito Rural - Repasses	3,00% a 12,00 a.a. + TR	3,00% a. 12,00 a.a. + TR
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	89% a 104% CDI	89% a 104% CDI
Aplicações Financeiras – LCI/LCA	85% a 93% CDI	85% a 93% CDI

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	2
Crédito Rural	43.235
Empréstimos	2.723
Financiamentos	758

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	509	566

f) No primeiro semestre de 2023 os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	30/06/2023
Salários	565
Honorários e Cédula de Presença	1.587
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Plano Odontológico/ Vale Alimentação / Previdência Privada	119

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

30/06/2023	31/12/2022
3.964	3.903

35.2 Cooperativa Central

A SICOOB CONEXAO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e



implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CONEXAO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Ativo	2.647.572	1.523.861
Centralização Financeira	2.492.099	1.436.839
Outros Ativos Financeiros	26.929	16.972
Outros Ativos	250	-
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos)	128.294	87.022
Passivo	180.724	141.832
Relações Interfinanceiras	157.981	119.510
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	22.000	22.000
Outros Passivos	743	322

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Receita	136.496	62.202
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	130.825	59.879
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	5.671	2.323
Despesa	(16.372)	(8.481)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(6.958)	(2.370)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(2.876)	(1.947)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(6.538)	(4.164)

36. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência	1.299.304	811.273
Margem de Compatibilização	755.510	454.737
Índice da Basileia	28,67%	27,31%
Margem de Imobilização	581.424	363.620

37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:



Descrição	30/06/2023	30/06/2022
Contribuição Previdência Privada	(246)	(137)
TOTAL	(246)	(137)

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.



O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.



A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);



- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.



38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.



38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Linhares-ES, 14 de julho de 2023.

Alair José Giuriato
Diretor Executivo
CPF: 931.067.267-68

Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional
CPF: 009.854.567-10

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79